

Índios criam impasse em terras no E. Santo

C
P
For
Dat

Um novo e grave impasse, relacionado com terras indígenas, cuja evolução vem da década de 60, encontra-se em eclosão no Estado do Espírito Santo, envolvendo os índios tupiniquim e guarani, posseiros e industriais da região, estacando agora na promessa de demarcação de terras pela Fundação Nacional do Índio, sem que haja solução à vista.

A história começa em 1610 quando os índios tupiniquim receberam doação de uma sesmaria, sendo esta demarcada e registrada no livro tombo da Vila de Nova Almeida, no Espírito Santo. Na década de 60 a Cia. Ferro e Aço retirou madeira das matas dos tupiniquins para fazer carvão. Posteriormente, a Cia. Aracruz Celulose ali se instalou, apoderando-se de toda a terra dos tupiniquins. Para tal empreendimento, atraiu mão de obra desqualificada de diversas regiões do país, para derrubada de matas, plantio do eucalipto e posterior construção da fábrica.

Utilizou também mão de obra indígena, com essa gente tendo que negar sua identidade étnica, sob alegação de que a fábrica não empregava índios. Quando terminou a construção da fábrica, os trabalhadores que não tinham mais para onde ir, foram se instalar na área dos tupiniquins, na aldeia de Caieiras Velhas, transformando-a então num povoado de índios e brancos. Várias aldeias foram destruídas como a Canta Galo, a Guaxinaciba e Braço Morto. Os índios, assustados, se dispersaram nas cidades litorâneas como Barra do Sai, Barra do Riacho, Potirí e nas favelas de Vitória.

GUARANIS CHEGAM

Em 1966 chegaram a Caieiras Velhas os guaranis, oriundos do Sul, e se instalaram com os tupiniquins. Os índios, então, vendo a destruição de suas matas por tratores da Cia; passaram a fazer várias viagens a Brasília, ocasião em que denunciavam a situação, pedindo providências. Aos guaranis também não restou outra alternativa, senão trabalhar na construção da fábrica e plantio de eucalipto, mas sempre denunciando a situação. A resposta da Funai foi transferi-los para a Fazenda Guarani, em Minas Gerais. Os tupiniquins passaram a viver da coleta de carangueijo e muitos foram trabalhar na Prefeitura, como lixeiros.

Em 1977 voltaram os guaranis, ficando morando em Caieiras Velhas, pagando aluguel de casas, vivendo de artesanato. Em maio de 1979, tupiniquins e guaranis, não suportando mais a situação, e desacreditados de providências, resolveram reaver suas terras. Juntos, então, ocuparam uma pequena mata, de 152 hectares, a única que restava. A Cia. Aracruz Celulose tentou tirá-los de lá, inclusive oferecendo-lhe casas em outra localidade, com os índios respondendo: "o que queremos é a nossa terra, precisamos plantar". A Aracruz continuou pressionando, inclusive com guardas de segurança da fábrica, que constantemente faziam incursões pela área. Em novembro de 1979, chegou ao local, designado para ser chefe do posto da Funai nas três áreas em litígio, o senhor Fagundes de tal, que nada mais fez do que jogar posseiros contra os índios. Dizia que os posseiros tinham que sair de qualquer maneira, ao mesmo tempo em que afirmava aos posseiros que eles podiam beber, mas os vendeiros não podiam vender cachaça aos índios, criando revolta pela discriminação.

Quanto à promessa de demarcação, não vinha nenhuma resposta da Funai.

Os índios, então, depois de por o chefe do posto para fora, fizeram uma reunião em fevereiro deste ano, dando um prazo de 60 dias para a Funai demarcar as áreas. Enquanto isso, o relacionamento índios/posseiros continuava tenso. Os índios tomaram a escola, o posto médico e a creche, que passaram a funcionar só para eles, com funcionários da Funai, tendo transformado em depósito de material o prédio da creche. Os filhos dos posseiros passaram então a estudar no bairro Coqueiral, na Cidade Modelo da fábrica, com ônibus indo buscá-los, fato que piorou mais ainda aquele relacionamento. Findo o prazo dado à Funai para promover a demarcação das terras, os índios fizeram nova reunião e marcaram um prazo, agora para eles próprios efetuarem a demarcação: dia 8 de maio. A Funai pediu mais uma semana e eles deixaram para o dia 19 de maio. Antes alguns dias desta data, o delegado regional da Funai (11ª DR), Carlos Alberto Grossi, pediu aos índios que não fizessem a demarcação, pois esta não teria validade. Os índios sentiram-se meio confusos quanto à questão, mas mesmo assim continuaram firmes. No dia previsto, chegou à área um forte contingente da Polícia Militar, com os policiais ficando na área durante dois dias para intimidar os indígenas. Foi então que o delegado regional informou aos índios que a Funai faria a demarcação em julho próximo. O cacique da aldeia de Caieiras Velhas, José Sezenando, afirmou então ao delegado, que sua gente esperava a demarcação oficial, caso a Aracruz não fizesse mais pressões.

No mês passado, entretanto, a Cia. ameaçou por um trator na roça dos índios, na aldeia de Pau Brasil, embora naquela área os índios só plantassem nos quintais de suas casas, vez que o restante é tomado por eucaliptos. O novo chefe do posto, Moacir de tal, foi com o cacique à fábrica, conversar com o dr. Euvidio, responsável pela ordem, não se obtendo qualquer solução. Dia 19 de maio, com a visita do ministro Mário Andreazza, do Interior, ao Espírito Santo, cinco índios guarani e seis tupiniquim, incluindo os caciques, estiveram no aeroporto, portando faixas, exigindo a demarcação de suas terras. Inclusive entregaram ao Ministro um documento onde afirmavam o seguinte: "se as pressões continuarem e a Funai não tomar providências, nós mesmos demarcaremos as terras". O Ministro disse que desconhecia o problema, mas que em sua volta ao Distrito Federal entraria em entendimentos com a Funai e daria uma resposta posterior, o que até hoje não aconteceu. Ainda este mês, o presidente da Funai esteve pessoalmente na Aracruz Celulose e, acompanhado de comitiva da empresa, percorreu a área indígena sem se identificar. Os índios só ficaram sabendo muito depois, sendo informados também que será realizada na próxima semana, no Rio de Janeiro, uma reunião entre a diretoria da Aracruz e a Funai, passando a temer um acordo que possa estar havendo sem o seu conhecimento. Nesse sentido, afirmaram ao chefe do posto da Funai na região, que vão estar presentes nesta reunião e que não aceitarão nenhum acordo, pois "vocês não falam por nós, os índios não foram consultados, só aceitamos a área que está no decreto de 8/11/79." referindo-se ao disposto na Portaria nº 609, da Fundação Nacional do Índio, assinada por Pedro Paulo Fatorelli, na ocasião presidente em exercício daquela entidade. Essas informações foram prestadas ontem ao Conselho Missionário Indigenista, em Goiânia, através da Sociedade Brasileira de Indigenistas.

37

Folha de Goiás
18.06.80